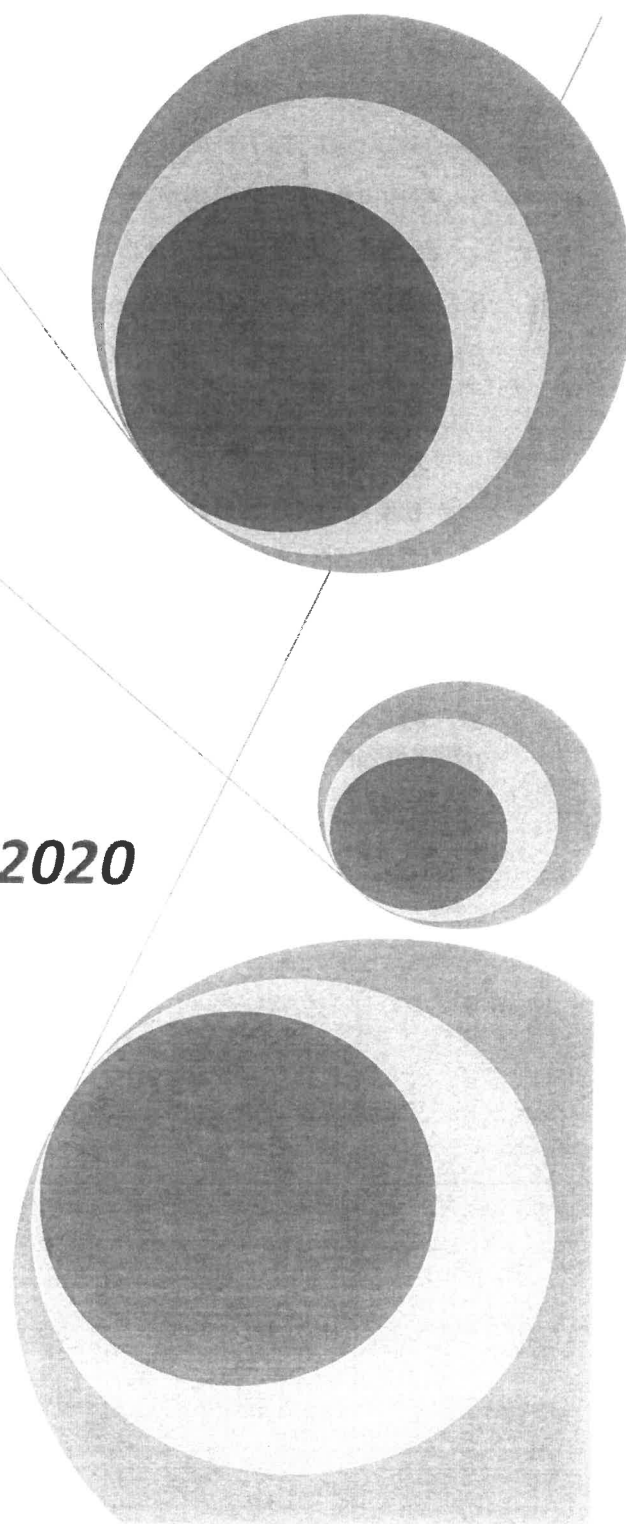


Ramos
CA
SA

Relatório de Gestão 2020

ISSA, IPRA
Instituto da Segurança Social dos Açores

Av. Tenente Coronel José Agostinho
9700-108 Angra do Heroísmo
Email: ISSA@seg-social.pt



Índice

1 – APRESENTAÇÃO	2
2 – ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	3
3 – ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	5
4 – ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS.....	6
5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS	17
6 – ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
6.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS	18
6.2 - RECEITAS.....	22
6.3 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NO TRIÉNIO 2020/2018	26
7 – SITUAÇÃO FINANCEIRA	36
8 – CONCLUSÃO.....	43
9 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	45
10 - ANEXO - RELATÓRIO DAS SUBVENÇÕES PÚBLICAS - ORAA 2020.....	Erro! Marcador não definido.

1 – APRESENTAÇÃO

O Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores, abreviadamente designado por ISSA, IPRA, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, e regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A, de 24 de janeiro. Sob a tutela da Secretaria Regional da Solidariedade Social é um Instituto Público com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com a missão da gestão financeira dos seus recursos económicos, da gestão dos regimes de segurança social dos Açores, e demais subsistemas, incluindo o exercício da ação social.

Designação: Instituto da Segurança Social dos Açores, Instituto Público da Região Autónoma dos Açores.

Número de identificação fiscal	510 928 897
Endereço	Avenida Tenente Coronel José Agostinho 9701-858 Angra do Heroísmo
Regime financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial
Tutela	Secretaria Regional da Solidariedade Social
Código de classificação económica	84300

O ISSA, IPRA é dotado com instrumentos e meios que lhe possibilitam uma gestão com autonomia, flexibilidade e capacidade de resposta às exigências decorrentes de um moderno sistema de Segurança Social.

2 – ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

No decurso do ano de 2020 os órgãos do ISSA, IPRA foram constituídos pelos seguintes membros:

- **Conselho Diretivo**

Presidente

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020: Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, licenciada em Direito, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Solidariedade Social n.º 1680/2018, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 185, de 25 de setembro.

Vice-Presidente

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020: Marta de Oliveira Barreto Bulhões, licenciada em Serviço Social, mestre em Serviço Social, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Solidariedade Social n.º 1681/2018, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 185, de 25 de setembro de 2018.

Vogal

De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020: Maria Ema Gomes da Silva, licenciada em Economia, nomeada por Despacho da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Solidariedade Social n.º 1679/2018, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II série n.º 185, de 25 de setembro de 2018.

Ramos

Fiscal Único

O Estatuto Orgânico do ISSA, IPRA, estabelece o Fiscal Único como órgão do instituto. A Sociedade UHY & ASSOCIADOS, SRCO,LDA, foi designada por um período de três anos como Fiscal Único do ISSA, IPRA, nomeadamente para as contas de gerência dos anos de 2020, 2021 e 2022, através do Despacho Conjunto nº1871/2020, de 19 de novembro de 2020, do Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e da Secretária Regional da Solidariedade Social.

3 – ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A atividade do ISSA, IPRA é exercida a nível regional sob a tutela da Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Organizado numa estrutura central, dispõe de serviços desconcentrados e desenvolve atuações específicas nas diversas áreas, sendo responsável por:

- a) Gerir os regimes de segurança social que por lei ou regulamento sejam cometidos às instituições de segurança social na Região Autónoma dos Açores;
- b) Estudar e propor medidas visando a permanente adequação dos regimes;
- c) Colaborar na definição e adequação da política financeira da segurança social;
- d) Participar na elaboração do plano global da segurança social;
- e) Preparar o orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares, e assegurar, coordenar e controlar a respetiva execução;
- f) Elaborar a conta da segurança social da Região Autónoma dos Açores, a submeter à aprovação dos órgãos competentes;
- g) Colaborar na definição dos procedimentos contabilísticos a adotar no sistema da segurança social;
- h) Assegurar o desenvolvimento de ações de natureza preventiva, terapêutica e promocional, numa perspetiva integrada e tendencialmente personalizada para a consecução dos objetivos da ação social;
- i) Promover a mobilização de recursos da própria comunidade na prossecução das ações a que se refere a alínea anterior;
- j) Colaborar no estudo de medidas de política e intervenção social;
- k) Celebrar acordos, contratos ou protocolos de cooperação;
- l) Fiscalizar os serviços e equipamentos de apoio social, incluindo os de fins lucrativos;
- m) Garantir o cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes do sistema de segurança social da Região;

Ramos
G
S

- n) Assegurar, nos termos da lei, assessoria técnica aos tribunais em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e tutelar cível;
- o) Exercer os poderes sancionatórios no âmbito dos ilícitos de mera ordenação social relativos a beneficiários e contribuintes, nos termos legais;
- p) Proceder à recolha, tratamento e elaboração de dados estatísticos de interesse específico para a ação da segurança social;
- q) Colaborar na verificação, acompanhamento, avaliação e informação, nos domínios orçamental, económico e patrimonial, da atividade dos organismos e serviços que integram o sistema de segurança social regional, no âmbito do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado;
- r) Assegurar a gestão e administração dos bens e direitos de que seja titular e que constituem o património da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- s) Promover, no âmbito da segurança social da Região Autónoma dos Açores, estudos e avaliações do património;
- t) Otimizar a gestão dos recursos financeiros da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- u) Receber as contribuições e quotizações, assegurando e controlando a sua arrecadação, bem como dos demais recursos financeiros consignados no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- v) Assegurar o abastecimento financeiro dos organismos e serviços com suporte no orçamento da segurança social da Região Autónoma dos Açores;
- w) Assegurar a rendibilização de excedentes de tesouraria, nomeadamente mediante o recurso a instrumentos disponíveis no mercado;
- x) Participar, na forma prevista na lei, nas ações de proteção civil;
- y) Exercer as demais atribuições previstas na lei.

Ramos

U

S

O modelo de gestão e instrumentos de apoio

A Gestão por objetivos adotada pelo ISSA, IPRA tem por base um ciclo de gestão anual no qual, são fixados os objetivos de desempenho, de forma quantitativa e calendarizada, em que o desempenho efetivo é medido e é objeto de reporte regular.

A avaliação de desempenho do Instituto assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente e atualizado a partir dos sistemas de informação, nos termos do Decreto Legislativo Regional n  41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n  26/2015/A, de 23 de dezembro (subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública – SIADAPRA 1).

O QUAR é um instrumento de apoio   gestão, concebido para analisar e avaliar o desempenho constituindo um referencial sobre a razão de ser e de existência do organismo (missão), dos seus propósitos de a  o (objetivos estratégicos), da aferição da sua concretização e da explicitação sumária dos desvios apurados no fim do ciclo de gestão.

Em consonância com os objetivos estratégicos é elaborado o Plano de Atividades – no qual é definida a estratégia, a hierarquização das opções, a programac o das ações e a afetação e mobilização dos recursos, e - o Relatório de Atividades – destinado a relatar o percurso efetuado, apontar os desvios, avaliar os resultados e estruturar a informação relevante para o futuro.

Estes dois instrumentos de gestão, anuais, complementam-se, na medida em que assumem as funções de planeamento e de controlo.

Há ainda a salientar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) que constitui um mecanismo eficiente de avaliação de riscos de corrupção e de infrações conexas, bem como a identificação das medidas que previnem a sua ocorrência.

O sistema de controlo interno

O controlo interno do Instituto tem por base sistemas adequados de gestão de informação e de comunicação, bem como um conjunto de ações de conferência e

monitorização que asseguram a adequação e eficácia em todas as áreas de intervenção visando garantir:

- A salvaguarda da legalidade e da regularidade da elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, da elaboração das demonstrações orçamentais e financeiras e do sistema contabilístico como um todo;
- O cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões dos respetivos titulares;
- A salvaguarda do património;
- A aprovação e o controlo de documentos;
- A exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- A adequada e eficaz utilização dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- O controlo das aplicações e do ambiente informático;
- O registo oportuno das operações pela quantia correta, em sistemas de informação apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito pelas normas legais aplicáveis;
- Uma adequada gestão de riscos.

Para a prossecução dos objetivos acima descritos, os procedimentos de controlo interno sustentam-se em princípios básicos, designadamente:

A segregação de funções: O princípio baseia-se na separação de funções incompatíveis entre si, sendo a finalidade de evitar que sejam atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções concomitantes com o objetivo de impedir ou pelo menos dificultar a prática de erros, irregularidades ou a sua simulação.

O controlo das operações: O princípio tem como objetivo na verificação ou conferência das operações, o que de acordo com o princípio anterior, deverá ser efetuado por pessoas diferentes das que intervêm na sua realização ou registo.

Definição de autoridade e responsabilidade: O princípio centra-se na definição clara e rigorosa da estrutura de autoridade e de responsabilidade em qualquer operação. Da

Ramos

OK

SA



definição apresentada, deve constar um plano organizativo, contendo uma distribuição funcional de autoridade e da responsabilidade tendente a fixar e a delimitar as funções de todo o pessoal.

Competências do pessoal: Este princípio refere que o pessoal afeto às atividades, deve dispor das habilitações necessárias e experiência profissional adequada ao exercício das funções que lhe foram conferidas.

Registo dos factos: O princípio encontra-se ligado aos registos contabilísticos, e visa essencialmente assegurar uma conveniente verificação da ligação entre os diferentes serviços, visa também acelerar o processo de registo das operações, e por último fornecer a informação com rapidez, precisão e clareza aos responsáveis, no exercício da sua atividade de gestão.

Compete ao Conselho Diretivo do Instituto aprovar e manter em funcionamento o sistema de Controlo Interno assegurando o seu regular acompanhamento e avaliação podendo promover auditorias internas que permitam verificar a sua execução.

Compete aos Diretores de Departamento, Chefes de Divisão e Coordenadores de Núcleo cumprir e fazer cumprir os princípios orçamentais, contabilísticos e patrimoniais, as normas e procedimentos estabelecidos.

Os documentos escritos que integram os processos administrativos, as deliberações, os despachos e informações sobre eles exarados e os documentos contabilísticos identificam, de forma legível, os dirigentes e demais trabalhadores que os subscrevem, bem como a qualidade em que o fazem.

Recursos Humanos

Aos trabalhadores do ISSA, IPRA é aplicável o disposto no regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com as adaptações à administração pública regional dos Açores.

Em 31.12.2020, o ISSA contava com 567 trabalhadores, dos quais 110 do sexo masculino e 457 do sexo feminino.

Comparativamente com o total de efetivos de 2019, constatamos que o quadro do ISSA, IPRA, registou um acréscimo de 1%, sendo o valor de referência de 2019 de 558 colaboradores.

	Pessoal Dirigente superior		Pessoal Dirigente Intermédio		Técnico Superior		Pessoal de Inspeção		Informático		Docente		Assistente Técnico		Assistente operacional		Médico		Enfermeiros		Téc. Diagn. e Terapêutica		Outro		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nomeação definitiva							10	13																	10	13
Nomeação transitória por tempo indeterminado																									0	
Nomeação transitória por tempo determinado																									0	
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado					16	112			12	4		3	56	273	11	20									95	412
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo																									0	
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto						1							3												0	4
Comissão de serviço no âmbito da Lei de Carreiras, Vínculos e Remunerações - Lei n.º 12-A/2008			3	5	15																				5	18
Comissão de serviço no âmbito do código de trabalho																									0	
Outras situações																								10	0	10
Total de efetivos			3	5	19	16	113	20	13	12	4	0	3	56	276	11	20			0				10	110	457

Quadro 1 - Nº de trabalhadores por sexo, segundo a modalidade de grupo/cargo/carreira em 2019

Encargos com o pessoal no ano de 2020 (OSS+ORAA)

Administração	2019	2020	% Variação
Despesas com pessoal	13.372.999,33 €	14.255.236,37 €	6,60%
Remun.cert.e perman.	10.574.609,97 €	11.219.456,29 €	6,10%
Abon.var.ou event.	286.367,81 €	273.253,14 €	-4,58%
Segurança Social	2.512.021,55 €	2.762.526,94 €	9,97%

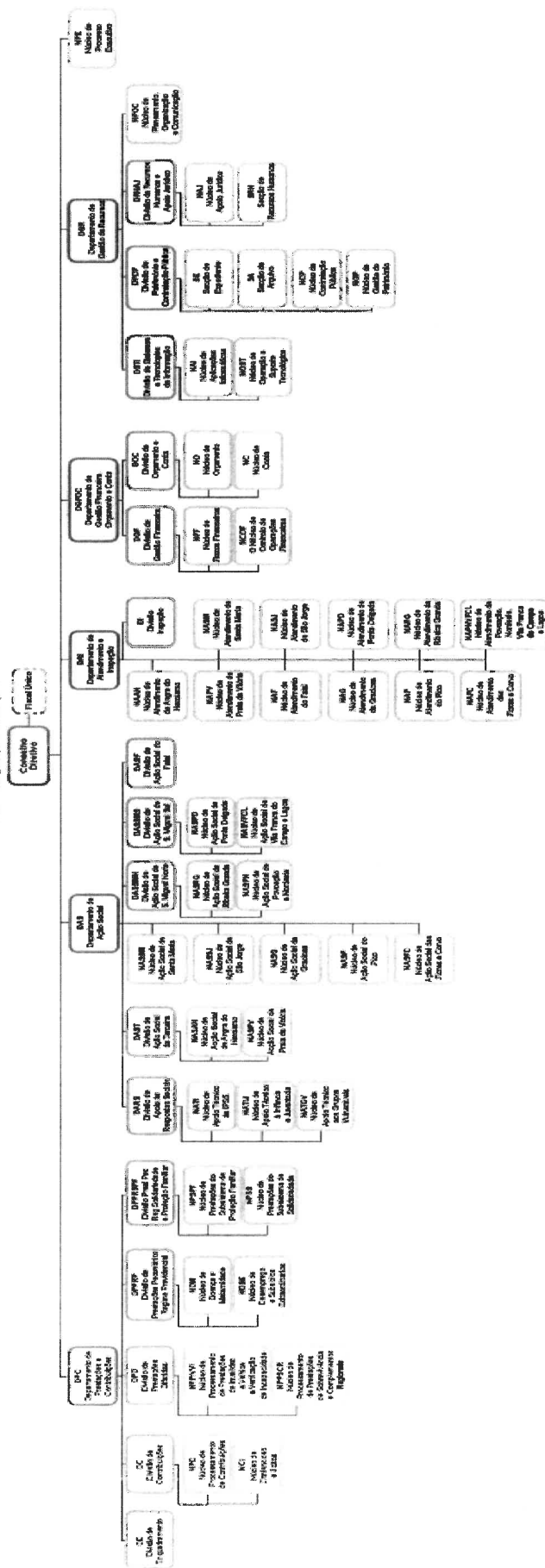
Quadro 2 – Encargos com o pessoal no ano de 2020

Em 2020 foram despendidos 14.255.236,37€ com encargos de pessoal, verificando-se um acréscimo de 6,60%, face ao ano transato, sendo esse valor em 2019 de 13.372.999,33€.

A rubrica “Segurança Social” foi aquela que maior impacto teve no total de encargos

GA Pinos

ISSA, IPRA



Relatório de C&E 2000

Ramos

A

B

Gestão de Recursos – Acolhimento e gestão de saídas

Na integração de novos elementos, em primeiro lugar são transmitidos os valores da entidade sendo promovida uma rápida integração no ambiente de trabalho, em segundo lugar, é promovida a capacitação sobre tudo o que está implícito nas funções que o novo colaborador vai desempenhar.

No que respeita à gestão de saídas e ausências prolongadas, procede-se à identificação dos processos acompanhados pelo colaborador em causa, à verificação da situação dos procedimentos em curso e à reafecção dos mesmos a outro colaborador com as mesmas valências, respeitando o princípio da segregação de funções.

Caso a saída resulte na necessidade de suprimimento da vaga, procede-se de acordo com os procedimentos de recrutamento e seleção aplicáveis.

Segregação de funções

A organização do trabalho é estruturada no sentido de dar cumprimento ao princípio da segregação de funções, evitando-se assim que sejam atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções concomitantes, com o objetivo de impedir ou dificultar a prática de erros ou irregularidades ou a sua dissimulação.

Recrutamento e Critérios de Seleção

Os procedimentos de seleção de pessoal são efetuados com recurso aos instrumentos de mobilidade geral previstos na Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP). A admissão, a qualquer título, de pessoal para os serviços e organismos da administração regional, incluindo os institutos públicos e os serviços personalizados regionais, carece de prévia autorização do membro do Governo Regional que tem a seu cargo a área das finanças e da administração pública.

Ramos

Duração e organização do tempo de trabalho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LTPF, o Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, pela deliberação n.º 1/2019 de 18 de fevereiro de 2019, alterou o regulamento do período de funcionamento e de horários de trabalho dos trabalhadores afetos ao Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, aprovado pela Deliberação n.º 1/2015, de 11 de março, no qual estão definidas as normas da duração, organização do tempo de trabalho, horário de trabalho e controlo de assiduidade e pontualidade.

O registo da assiduidade dos trabalhadores/colaboradores é efetuado por leitura biométrica (impressão digital), disponível para consulta no Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA).

Os procedimentos para consulta e as instruções a encetar nomeadamente em presença de alguma desconformidade, foram divulgados por todos os trabalhadores/colaboradores do ISSA, IPRA. Apenas os esquecimentos ou correções (inserir ou remover picagens) são colocados no SIGRHARA pelo trabalhador, para aprovação do superior hierárquico.

Compete à seção de recursos humanos o controlo da assiduidade e pontualidade do pessoal, cabendo-lhe proceder aos registos não imputáveis ao trabalhador (exemplo documentos de consultas médicas), organizar e manter atualizado o sistema de registo e tratar e reportar a informação sobre cada trabalhador.

Procedimentos de Avaliação

O processo de avaliação de desempenho adotado para os trabalhadores do Instituto está em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública Regional dos Açores, SIADAPRA previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2015/A, de 23 de dezembro, que prevê que a avaliação do desempenho seja feita com base em parâmetros de resultados e de competências.

Os modelos de fichas de avaliação do desempenho de dirigentes intermédios e demais trabalhadores da Administração Pública, bem como as listas de competências e demais atos necessários à sua aplicação, adotados pelo Instituto, são os constam dos anexos da Portaria n.º 6/2016 de 27 de janeiro de 2016.

No Portal do Governo dos Açores, estão disponíveis para consulta e download, os documentos e Instrumentos de Apoio no sítio:

<http://www.vpgr.azores.gov.pt/FerramentasGestao/SIADAPRA.html>.

Formação

As necessidades de formação dos recursos humanos assentam em 2 grandes níveis: um de natureza geral e de atualização de conhecimentos e outro de natureza específica, relacionado com as áreas de negócio.

Para efeitos de formação corrente e de atualização, na Administração Regional é concebido um plano anual de formação dos trabalhadores, a que os elementos do Instituto têm acesso e são selecionados em função da articulação de proposta pessoal, com as orientações e necessidades do Instituto no âmbito das funções atribuídas.

Em relação às necessidades de formação específica, relacionada com as áreas de negócio o Instituto participa nas ações promovidas pelos organismos da Segurança Social, nomeadamente em plataforma e-learning.

Política de ética e conduta e conflito de interesses

O Código de Ética e de Conduta visa estabelecer os princípios, regras e valores a observar no cumprimento das atividades desenvolvidas pelos colaboradores do Instituto, independentemente da sua função, posição hierárquica ou vínculo.

O Código de Ética e de Conduta tem como objetivos:

- Enunciar os princípios deontológicos predominantes, tendo em conta o serviço prestado;
- Determinar as normas da conduta dos colaboradores do ISSA, IPRA, garantindo que estes as conhecem e agem em conformidade com os valores e princípios estabelecidos;

Pereira

ISSA, IPRA
Instituto da Segurança Social dos Açores

• Criar um documento de referência institucional que contribua para o reforço da melhoria do ambiente de trabalho, baseando-se na honestidade, no respeito, na integridade e na equidade;

• Esclarecer os conceitos éticos, para evitar interpretações subjetivas que possam surgir.

O código de ética e conduta foi aprovado pelo Conselho Diretivo do ISSA, IPRA e divulgado por todos os colaboradores através da Intranet.

Em caso de suspeitas de comportamentos e situações ilícitas, os colaboradores do ISSA, IPRA devem informar, por escrito, os superiores hierárquicos.

5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

De acordo com o normativo legal em vigor, apresentam-se os documentos de prestação de contas do ISSA, IPRA relativos ao exercício de 2020 de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12/2002, de 25 de janeiro, incluindo, para além daqueles os elementos adicionais, definidos pelo Tribunal de Contas na Instrução nº1/2004- 2ª secção, publicada no Diário da república II série, de 14 de fevereiro de 2004.

Os trabalhos de encerramento contabilístico do ano de 2020 decorreram em tempo considerado oportuno, refletindo o esforço desenvolvido.

Nos fechos mensais dos períodos contabilísticos foram sempre cumpridos os prazos estabelecidos, garantindo desta forma a estabilidade na informação reportada.

O ISSA, IPRA encontra-se excepcionado da aplicação do SNC-AP, relativamente ao exercício de 2020, ao abrigo do artigo 350º - Adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas, da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), pese embora estarmos em fase de desenvolvimento dos sistemas de reporte financeiro em SNC AP, através do projeto SAP Ready.

Ramos
A

6 – ORÇAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A

6.1 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Neste ponto são apresentadas, em síntese, as alterações registadas até 31 de dezembro de 2020, às previsões de receita e às dotações de despesa do Orçamento da Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, estando as respetivas normas de execução orçamental estabelecidas no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

No decurso de 2020 foram efetuadas 72 alterações orçamentais, no âmbito do Orçamento da Segurança Social e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Nos quadros seguintes estão sintetizadas as alterações aprovadas relativamente ao orçamento inicial, bem como, a evolução que o OSS corrigido foi assumindo ao longo do exercício.

Ramos
CS

Quadro 3 – AlteraçõesOrçamentais-Receita

Económica/Conta	Descrição	Previsões Iniciais	AlteraçõesOrçamentais			PrevisõesCorrigidas
			Créditos Especiais Corrigidos	Reforços	Anulações	
R	Receitas	319.570.480,00	30.000.000,00	22.619.297,00	1.810.600,00	370.379.177,00
R.03	Cont.SS.CGA.ADSE	297.006.000,00	0,00	10.657.725,00	0,00	307.663.725,00
R.03.01	Sistema Previdencial	297.000.000,00	0,00	10.657.725,00	0	307.657.725,00
R.03.01.01	Quotiz trabalhadores	112.000.000,00	0,00	0,00	0	112.000.000,00
R.03.01.01.01	Cotizações Trabalh.	112.000.000,00	0,00	0,00	0	112.000.000,00
R.03.01.02	Contribuições	185.000.000,00	0,00	10.657.725,00	0	195.657.725,00
R.03.01.02.01	Contrib.s/Rend.Trab.	185.000.000,00	0,00	10.657.725,00	0	195.657.725,00
R.03.02	Reg.comp.especiais	6.000,00	0,00	0,00	0	6.000,00
R.03.02.01	Reg.especiais	6.000,00	0,00	0,00	0	6.000,00
R.03.02.01.99	Outros reg.especiais	6.000,00	0,00	0,00	0	6.000,00
R.04	Taxas multas penal.	2.150.000,00	0,00	0,00	0,00	2.150.000,00
R.04.01	Taxas	300.000,00	0,00	0,00	0	300.000,00
R.04.01.01	Taxas justiça	300.000,00	0,00	0,00	0	300.000,00
R.04.02	Multas outras penal.	1.850.000,00	0,00	0,00	0	1.850.000,00
R.04.02.01	Juros de mora	1.300.000,00	0,00	0,00	0	1.300.000,00
R.04.02.01.01	Contribuições	1.300.000,00	0,00	0	0	1.300.000,00
R.04.02.04	Coimas contra orden.	550.000,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
R.05	Rendim.da propried.	326.000,00	0,00	0,00	0,00	326.000,00
R.05.02	Juros-Soc financ.	300.000,00	0	0,00	0	300.000,00
R.05.02.01	Bancos e Inst. Fin.	300.000,00	0,00	0,00	0	300.000,00
R.05.02.01.12	Depósitos à Ordem	10.000,00	0,00	0	0	10.000,00
R.05.02.01.13	Depósitos a prazo	290.000,00	0,00	0	0	290.000,00
R.05.02.01.13.99	Outros	290.000,00	0,00	0,00	0	290.000,00
R.05.10	Rendas	26.000,00	0,00	0,00	0	26.000,00
R.05.10.03	Habitaações	11.000,00	0,00	0,00	0	11.000,00
R.05.10.03.02	Outras Entidades	11.000,00	0	0,00	0	11.000,00
R.05.10.04	Edifícios	15.000,00	0,00	0,00	0	15.000,00
R.05.10.04.02	Outras Entidades	15.000,00	0,00	0,00	0	15.000,00
R.06	Transf.correntes	1.802.947,00	0,00	3.000,00	3.000,00	1.802.947,00
R.06.04	Admin.Regional	957.000,00	0,00	0,00	0,00	957.000,00
R.06.04.01	Região Aut.Açores	957.000,00	0,00	0,00	0,00	957.000,00
R.06.06	Segurança Social	845947	0	3.000,00	3.000,00	845.947,00
R.06.06.01	Sistema SolSegSocial	103000	0	3.000,00	3.000,00	103.000,00
R.06.06.01.01	IGFSS	3000	0	0,00	3.000,00	0,00
R.06.06.01.05	Outras Inst.Seg.Soc.	100000	0	3.000,00	0,00	103.000,00
R.06.06.02	Partic.Port.pr.cofin	742947	0	0	0,00	742947
R.06.06.02.01	IGFSS	742.947,00	0,00	0,00	0,00	742.947,00
R.06.06.02.01.01	Proj. c/sup. OSS	742.947,00	0,00	0,00	0,00	742.947,00
R.07	Venda bens serv.corr	70.000,00	0,00	14.962,00	0	84.962,00
R.07.02	Serviços	70.000,00	0,00	14.962,00	0	84.962,00
R.07.02.08	Serv.soc.recr.cult.	30.000,00	0,00	14.962,00	0	44.962,00
R.07.02.99	Outros	40.000,00	0,00	0,00	0	40.000,00
R.07.02.99.01	Compart.Acção Social	40.000,00	0,00	0,00	0	40.000,00
R.08	Outras receit corr.	4.313.033,00	0	15.010,00	0	4.328.043,00
R.08.01	Outras	103.000,00	0	15.010,00	0	118.010,00
R.08.01.01	Pré.tx.gar.ris.dif.C	3.586,00	0,00	0,00	0	3.586,00
R.08.01.99	Outras	99.414,00	0	15.010,00	0	114.424,00
R.08.02	Subsídios	4.210.033,00	0,00	0,00	0	4.210.033,00
R.08.02.09	Segurança social	4.210.033,00	0,00	0,00	0	4.210.033,00
R.08.02.09.03	C/Comun - FEAC	4.210.033,00	0,00	0,00	0	4.210.033,00
R.09	Venda bens invest.	10.000,00	0,00	256.100,00	100,00	266.000,00
R.09.01	Terrenos	10.000,00	0,00	75.000,00	0,00	85.000,00
R.09.01.10	Famílias	10.000,00	0,00	75.000,00	0,00	85.000,00
R.09.02	Habitaações	0,00	0,00	181.000,00	100,00	180.900,00
R.09.02.10	Famílias	0,00	0,00	181.000,00	100,00	180.900,00
R.09.04	Outros bens inv.	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
R.09.04.01	Soc.quase soc.n.fin	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00
R.10	Transferên.capital	10.667.000,00	0,00	9.057.500,00	1.807.500,00	17.917.000,00
R.10.04	Administ.regional	10.667.000,00	0,00	9.057.500,00	1.807.500,00	17.917.000,00
R.10.04.01	Reg.autónoma Açores	10.667.000,00	0,00	9.057.500,00	1.807.500,00	17.917.000,00
R.13	Out.receitas capital	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
R.13.01	Outras	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
R.13.01.99	Outras	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
R.15	Rep.não abat.pagam	3210500	0	2615000	0	5825500
R.15.01	Rep.não abat.pagam	3210500	0	2615000	0	5825500
R.15.01.01	Rep.não abat.pagam	3210500	0	2615000	0	5825500
R.16	Sald.gerenc.anterior	0	30000000	0	0	30000000
R.16.01	Saldo orçamental	0	30000000	0	0	30000000
R.16.01.02	Na posse sector S.S.	0	30000000	0	0	30000000
R.16.01.02.02	S/ aplicação despesa	0	30000000	0	0	30000000

Ramos

Da análise efetuada ao quadro anterior pode-se observar que o orçamento inicial aprovado registou um aumento em 16%, na ordem dos 50.808.697,00€, originando um valor global da previsão corrigidas da receita em 2020 que atingiu os 370.379.177,00€.

As receitas correntes apresentam em grande parte a variação, justificada pela rubrica orçamental de contribuições à Segurança Social:

Quadro 3.1 – Alterações Orçamentais-Receita - R.03

Económica/Conta	Descrição	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Créditos Especiais Corrigidos	Reforços	Anulações	
R.03	Cont.SS.CGA.ADSE	297.006.000,00	0,00	10.657.725,00	0,00	307.663.725,00

Relativamente às alterações orçamentais das despesas, apresenta-se em seguida o quadro que contempla as dotações iniciais de 2020, os créditos especiais, as anulações e reforço ocorridos até 31 de dezembro de 2020 e as dotações corrigidas a 31 de dezembro de 2020.

Económica/Conta	Descrição	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas
			Reforços	Anulações	Créditos Especiais	Rep. Abat. pag.	
D	Despesas	319.570.480,00	82.220.419,00	64.846.247,00	33.434.525,00	3.894.586,84	370.379.177,00
D.01	Despesas com pessoal	16.113.000,00	468.950,00	843.550,00	0,00	3.270,76	15.738.400,00
D.02	Aquis. bens serv.	6.701.980,00	414.959,00	169.329,00	0,00	4.944,04	6.947.610,00
D.03	Juro se out. encarg.	75.000,00	22.500,00	0,00	0,00	830,49	97.500,00
D.04	Transferên. correntes	294.499.500,00	79.574.846,00	63.748.368,00	33.434.525,00	3.882.802,14	343.760.503,00
D.05	Subsídios	805.000,00	279.000,00	0,00	0,00	0,00	1.084.000,00
D.06	Outr. desp. correntes	411.000,00	19.164,00	0,00	0,00	379,41	430.164,00
D.07	Aq. Bens de Capital	455.000,00	1.030.000,00	85.000,00	0,00	0,00	1.400.000,00
D.08	Transfer. de capital	510000	411000	0	0	2360	921000

Quadro 4 – Alterações Orçamentais - Despesa

A rubrica D.04 – Transferências Correntes foi a que obteve um maior reforço, registando um aumento de 17% face à dotação inicial, devido sobretudo às transferências na rubrica “famílias”, derivadas maioritariamente por implementação de medidas no âmbito COVID.

O valor dos créditos especiais reporta-se essencialmente à devolução dos excedentes ao IGFSS de corrente da integração de uma parte do saldo de gerência, no valor de 30.000.000,00€.

Ramos
A

Económica/Conta	Descrição	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas
			Reforços	Anulações	Créditos Especiais	Rep. Abat. pag.	
D.04	Transferên.correntes	294.499.500,00	79.574.846,00	69.748.368,00	33.434.525,00	3.682.802,14	343.760.503,00
D.04.03	Administração Central	1.800.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812.000,00
D.04.03.05	Serviços e Fundos Au	1.800.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812.000,00
D.04.03.05.03	CGA-Pens.Unificadas	1.800.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	1.812.000,00
D.04.04	Administração Regional	10.133.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.133.874,00
D.04.04.01	Região Auton. Açores	10.133.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.133.874,00
D.04.04.01.02	Tr.empr.f.profissio	10.133.874,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.133.874,00
D.04.06	Segurança Social	58.455.151,00	19.934.949,00	47.671.012,00	30.000.000,00	0,00	60.719.088,00
D.04.06.00	Segurança Social	58.455.151,00	19.934.949,00	47.671.012,00	30.000.000,00	0,00	60.719.088,00
D.04.06.00.01	Inst.Gest.Fin.S.S.	58.393.151,00	19.921.449,00	47.671.012,00	30.000.000,00	0,00	60.643.588,00
D.04.06.00.02	Outras Instit.S.S.	62.000,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	75.500,00
D.04.07	Inst.s/fins lucrativ	74.977.475,00	6.240.600,00	2.507.100,00	0,00	390.866,31	78.710.975,00
D.04.07.02	I.s/f.l.- Subs.S.-RS	2.100.000,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	1.930.000,00
D.04.07.02.02	RMG/RSI - CLA's/NLI	2.100.000,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	1.930.000,00
D.04.07.03	I.s/f.l-SubsIs.A.Soc	72.877.475,00	6.240.600,00	2.337.100,00	0,00	390.866,31	76.780.975,00
D.04.07.03.01	IPSS e ONGS-Ac.coop	70.400.000,00	6.123.100,00	2.124.100,00	0,00	390.866,31	74.399.000,00
D.04.07.03.01.01	Toxicodependência	370.000,00	10.000,00	39.500,00	0,00	0,00	340.500,00
D.04.07.03.01.03	Resp.integr/artic.	180.000,00	66.100,00	15.000,00	0,00	0,00	231.100,00
D.04.07.03.01.04	Edu.pré-esc.-Act.edu	5.750.000,00	195.000,00	429.000,00	0,00	24.899,50	5.516.000,00
D.04.07.03.01.99	Outros	64.100.000,00	5.852.000,00	1.640.600,00	0,00	365.966,81	68.311.400,00
D.04.07.03.02	Programa e Projectos	2.477.475,00	117.500,00	213.000,00	0,00	0,00	2.381.975,00
D.04.07.03.02.06	Pg.Acolh.Crian.Risco	650.000,00	0,00	108.000,00	0,00	0,00	542.000,00
D.04.07.03.02.09	EMERGÊNCIA SOCIAL	550.000,00	0,00	81.000,00	0,00	0,00	469.000,00
D.04.07.03.02.13	RedeCCI-Jogos Sociais	950.000,00	117.500,00	0,00	0,00	0,00	1.067.500,00
D.04.07.03.02.19	Prog.Com.Aj Alim Car	2.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.475,00
D.04.07.03.02.25	Prog Emer Alimentar	200.000,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	176.000,00
D.04.07.03.02.99	Outros programas	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
D.04.08	Famílias	149.133.000,00	53.387.297,00	13.570.256,00	3.434.525,00	3.491.935,83	192.384.566,00
D.04.08.02	Outras	35.000,00	91.365,00	0,00	0,00	327,44	126.365,00
D.04.08.02.01	Estágios profissio	35.000,00	91.365,00	0,00	0,00	327,44	126.365,00
D.04.08.03	Subs.Solid.-Reg.Soc.	35.913.000,00	5.580.394,00	3.839.651,00	0,00	575.943,55	37.653.743,00
D.04.08.03.01	R.Solidariedade-RNC	25.318.500,00	2.010.368,00	2.848.651,00	0,00	126.895,23	24.480.217,00
D.04.08.03.01.01	RMG/RSI	21.500.000,00	1.972.936,00	2.548.000,00	0,00	102.264,27	20.924.936,00
D.04.08.03.01.02	Complementos doença	13.500,00	4.781,00	651,00	0,00	148,15	17.630,00
D.04.08.03.01.03	Complementos desemp.	1.170.000,00	0,00	300.000,00	0,00	4.965,87	870.000,00
D.04.08.03.01.11	Compl. Maternidade	135.000,00	32.000,00	0,00	0,00	10.319,84	167.000,00
D.04.08.03.01.20	Complemento PSI	2.500.000,00	651,00	0,00	0,00	9.197,10	2.500.651,00
D.04.08.03.03	Reg.Esp.S.S.Ac.Agric	527.500,00	0,00	0,00	0,00	3.049,56	527.500,00
D.04.08.03.03.01	Pensão - Invalidez	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
D.04.08.03.03.02	Pensão - Velhice	500.000,00	0,00	0,00	0,00	3.049,56	500.000,00
D.04.08.03.03.03	Pensão-Sobrevivência	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
D.04.08.03.11	Sub.Social Desempreg	8.000.000,00	2.284.600,00	792.000,00	0,00	437.477,94	9.492.600,00
D.04.08.03.13	Sub.Soc. Maternidade	880.000,00	16.204,00	150.000,00	0,00	1.953,02	746.204,00
D.04.08.03.14	Sub.Soc.Des.Sal.Atr.	2.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
D.04.08.03.18	Compl. estab. layoff	0,00	695.000,00	0,00	0,00	0,00	695.000,00
D.04.08.03.19	Ap Ext P Social COVID	0,00	286.222,00	0,00	0,00	0,00	286.222,00
D.04.08.03.40	COMPAMID	1.185.000,00	275.000,00	49.000,00	0,00	6.567,80	1.411.000,00
D.04.08.04	SubSistema Ac.Social	3.420.000,00	855.094,00	371.691,00	0,00	8.830,11	3.903.403,00
D.04.08.04.01	Regime Acção Social	3.420.000,00	855.094,00	371.691,00	0,00	8.830,11	3.903.403,00
D.04.08.04.01.02	Subsid.Famil. Acolh.	100.000,00	6.500,00	22.050,00	0,00	0,00	84.450,00
D.04.08.04.01.03	Sub.ev.fam.carência	2.370.000,00	835.344,00	349.641,00	0,00	8.478,35	2.855.703,00
D.04.08.04.01.12	Prev.reabil.-Aj.téc.	0,00	13.250,00	0,00	0,00	0,00	13.250,00
D.04.08.04.01.23	P. A. Meio Nat. Vida	100.000,00	0,00	0,00	0,00	299,76	100.000,00
D.04.08.04.01.29	Comp.Esp.Doent.Oncol	850.000,00	0,00	0,00	0,00	52,00	850.000,00
D.04.08.05	Sub.Pro.Fam.-Enc.Fam	28.750.000,00	5.401.077,00	2.976.000,00	0,00	456.474,15	31.175.077,00
D.04.08.05.01	Regimes de S. Social	28.750.000,00	5.401.077,00	2.976.000,00	0,00	456.474,15	31.175.077,00
D.04.08.05.01.01	Abono de família-13	28.650.000,00	2.900.000,00	2.976.000,00	0,00	452.964,19	28.574.000,00
D.04.08.05.01.02	Subsidio Funeral	100.000,00	0,00	0,00	0,00	219,96	100.000,00
D.04.08.05.01.10	Apoio exc à Família	0,00	2.501.077,00	0,00	0,00	3.290,00	2.501.077,00
D.04.08.06	Sub.Pro.Fam.-Defic.	16.645.000,00	1.557.500,00	0,00	0,00	54.727,38	18.202.500,00
D.04.08.06.01	Regimes de S. Social	16.645.000,00	1.557.500,00	0,00	0,00	54.727,38	18.202.500,00
D.04.08.06.01.01	Bonif.def.cr.jovens	3.500.000,00	145.000,00	0,00	0,00	22.995,14	3.645.000,00
D.04.08.06.01.02	Subs.educ.especial	3.500.000,00	300.000,00	0,00	0,00	18.238,53	3.800.000,00
D.04.08.06.01.03	S.ass.3ºpess-cr.jov.	540.000,00	0,00	0,00	0,00	2.359,24	540.000,00
D.04.08.06.01.04	S.a.3ºpess-A adultos	105.000,00	0,00	0,00	0,00	110,41	105.000,00
D.04.08.06.01.06	PSI-Prst.Social p/in	9.000.000,00	1.112.500,00	0,00	0,00	11.024,06	10.112.500,00
D.04.08.08	S.Prev.Pol.Ac.EFP	140.000,00	4.277.491,00	3.000.000,00	0,00	914.365,40	1.417.491,00
D.04.08.08.01	Pol.ac.emp.for.prof.	140.000,00	4.277.491,00	3.000.000,00	0,00	914.365,40	1.417.491,00
D.04.08.08.01.02	Compens.salari	140.000,00	4.277.491,00	3.000.000,00	0,00	914.365,40	1.417.491,00
D.04.08.09	sistema previdencial	64.195.000,00	35.622.376,00	3.382.914,00	3.434.525,00	1.481.267,80	99.868.987,00
D.04.08.09.01	Reg.Geral Seg.Social	64.195.000,00	35.622.376,00	3.382.914,00	3.434.525,00	1.481.267,80	99.868.987,00
D.04.08.09.01.01	Subs.Doença	20.650.000,00	2.199.360,00	0,00	0,00	188.285,38	22.849.360,00
D.04.08.09.01.02	Subs.tuberculose	430.000,00	0,00	232.061,00	0,00	33.284,67	197.939,00
D.04.08.09.01.03	Prest.parentalidade	14.500.000,00	2.475.810,00	0,00	0,00	645.465,32	16.975.810,00
D.04.08.09.01.04	Prest.doenças prof.	0,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00
D.04.08.09.01.05	Sub.des.des.prov.maj	28500000	2955197	795853	366000	395633,56	31025344
D.04.08.09.01.13	Sub.desemp.sal.atraz	110.000,00	100.000,00	0,00	0,00	872,49	210.000,00
D.04.08.09.01.20	Apoio Fin/Oferta Emp	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
D.04.08.09.01.28	Apoio ext red at eco	0	5616762	210000	0	61477,43	5406762
D.04.08.09.01.29	Isolam profilático	0,00	1.391.808,00	100.000,00	0,00	0,00	1.291.808,00
D.04.08.09.01.30	Sub assis filho neto	0	74971	0	0	0	74971
D.04.08.09.01.31	Layoff (COVID)	0,00	14.573.929,00	100.000,00	3.068.525,00	15.957,02	17.542.454,00
D.04.08.09.01.32	Inc Atv Profissional	0,00	501.019,00	400.000,00	0,00	0,00	101.019,00
D.04.08.09.01.33	Apoio Desp Soc TI	0,00	100.000,00	45.000,00	0,00	0,00	55.000,00
D.04.08.09.01.34	Apoio Retoma Atvida	0,00	5.630.120,00	1.500.000,00	0,00	140.291,93	4.130.120,00
D.04.08.10	Regimes Especiais	35.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
D.04.08.10.02	Subsidio de Lar	35.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00

Permos
CA

Quadro 4.1 – Alterações Orçamentais – Despesa – D.04

★

6.2 - RECEITAS

Análise evolutiva da receita 2018 a 2020 na RAA

Descrição	2018	2019	Var 19/18	2020	Var 20/19
Contribuições cotizações	264.063.416,83	283.524.799,61	7,37%	300.832.290,32	6,10%
Rendimentos de propriedade	412.010,27	292.949,21	-28,90%	133.151,54	-54,55%
Outras receitas	5.065.037,87	6.104.749,04	20,53%	6.983.173,63	14,39%
TRF ISSA, IPRA	92.115,99	900,03	-99,02%	104.790,45	11543,00%
TRF ORAA	9.237.817,23	8.783.258,40	-4,92%	12.744.779,93	45,10%
TOTAL	278.870.398,19	298.706.656,29	7,11%	320.798.185,87	7,40%

Quadro 5 - Análise evolutiva da receita 2018 a 2020 na RAA

Receita por Classificação Económica

Quadro 6 - Decomposição da receita arrecadada por grandes rubricas de classificação económica								
Capítulo	Receitas	Orçamento revisto	Execução orçamental	Peso relativo de cada rubrica		Grau de Execução Orçamental	Desvio Orçamental	
				No total do Orçamento Revisto	No total da Receita Efetiva		Exec. Orç. - OSS Revisto	Valor
	Receitas Correntes	316.355.677,00 €	304.961.729,22 €	85%	95%	96%	-11.393.947,78 €	-4%
3	Contribuições para a Segurança Social	307.663.725,00 €	300.832.290,32 €	83%	94%	98%	-6.831.434,68 €	-2%
4	Taxas, multas e outras penalidades	2.150.000,00 €	1.738.404,36 €	1%	1%	81%	-411.595,64 €	-19%
5	Rendimentos da propriedade	326.000,00 €	133.151,54 €	0%	0%	41%	-192.848,46 €	-59%
6	Transferências correntes	1.802.947,00 €	498.790,45 €	0%	0%	28%	-1.304.156,55 €	-72%
7	Vendas de bens e serviços correntes	84.962,00 €	56.875,82 €	0%	0%	67%	-28.086,18 €	-33%
8	Outras receitas de capital	4.328.043,00 €	1.702.216,73 €	1%	1%	39%	-2.625.826,27 €	-61%
	Receitas de Capital	18.183.000,00 €	12.617.144,93 €	5%	4%	69%	-5.565.855,07 €	-31%
9	Famílias	266.000,00 €	266.365,00 €	0%	0%	100%	365,00 €	0%
10	Transferência de capital	17.917.000,00 €	12.350.779,93 €	5%	4%	69%	-5.566.220,07 €	-31%
	Outras Receitas	35.840.500,00 €	3.219.311,72 €	10%	1%	9%	-32.621.188,28 €	-91%
13	Outras	15.000,00 €	0,00 €	0%	0%	0%	-15.000,00 €	-100%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5.825.500,00 €	3.219.311,72 €	2%	1%	55%	-2.606.188,28 €	-45%
16	Saldo gerência anterior integrado	30.000.000,00 €	0,00 €	8%	0%	0%	-30.000.000,00 €	-100%
	Receita Total do Sistema	370.379.177,00 €	320.798.185,87 €	100%	100%	87%	-49.580.991,13 €	-13%

Quadro 6 – Receita – por classificação económica

A receita total arrecadada pelo Sistema de Segurança Social, no decurso do ano económico de 2020, foi de 320.798.185,87€. O grau de execução orçamental da receita total foi de 87%, o que significa que ficaram por cobrar 49.580.991,13€ face ao valor inscrito no orçamento revisto de 370.379.177,00€.

6.2.1 Contribuições e cotizações

A receita cobrada em contribuições pelo ISSA, IPRA evidenciou, entre janeiro e dezembro de 2020, um aumento de 6,10% face a 2019, atingindo um total de 320.798.185,87€. O crescimento da receita em causa foi, em termos absolutos, de 22.091.529,58€, com origem no aumento do salário mínimo nacional e na

regularização de dívidas à segurança social para efeitos de obtenção dos apoios no âmbito COVID.

Ramos
CS
S

6.2.3 Rendimentos de propriedade

Em 2017, foram efetuadas 238 aplicações em depósitos a prazo (DP) e venceram 249. Em 2018, o número de aplicações DP iniciadas e vencidas foi o mesmo, atingindo as 288. Em 2019, constituíram-se 342 aplicações e registaram-se 333 vencidas. Em 2020, constituíram-se 160 aplicações e registaram-se 184 vencidas.

Evidenciam-se nos seguintes gráficos a informação relativamente às aplicações financeiras em DP no período 2017 a 2020:

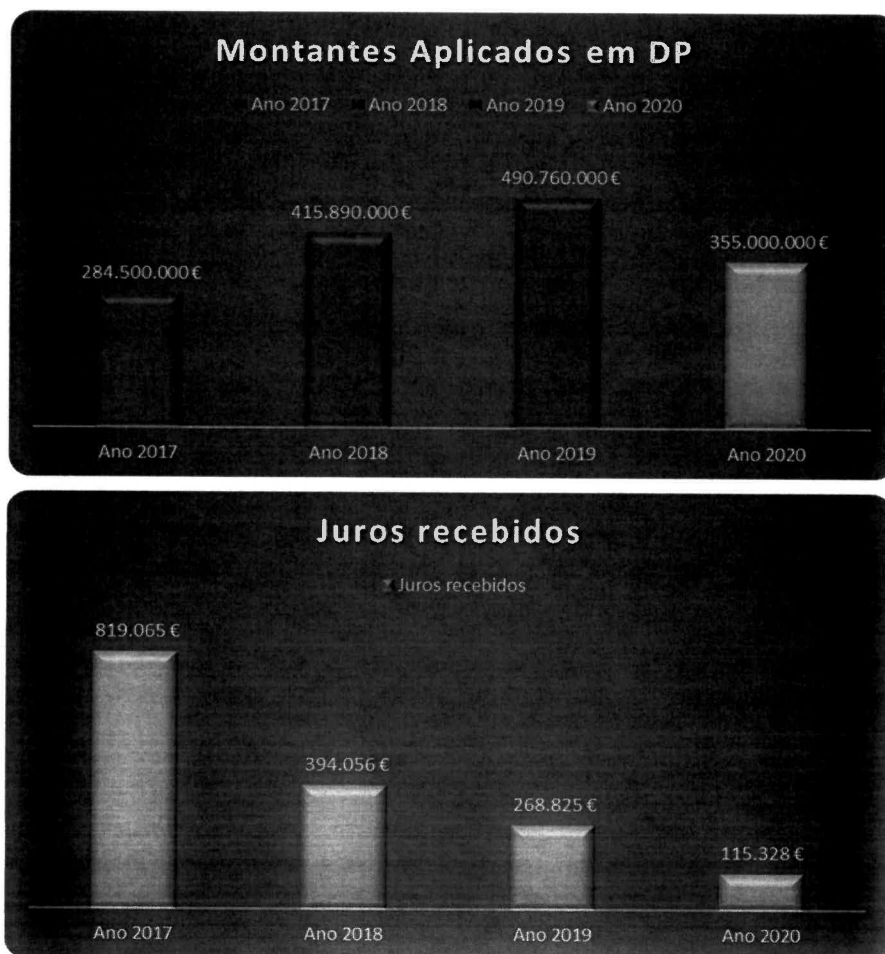


Gráfico 1 - Aplicações em DP

Ramos

Em 2020 o valor total aplicado decresceu, contrariamente ao que tem vindo a acontecer nos últimos 3 anos. Face a 2019, houve um decréscimo do valor aplicado de cerca de 28% e uma redução de juros recebidos na ordem dos 57% (diminuição taxa de juro).

6.2.3 Outras Receitas

Nesta rubrica, em 2020, encontra-se registado o valor de 6.983.173,63€, refletindo um aumento de 14,39% em relação ao exercício de 2019, cuja receita se havia situado em 6.104.749,04€.

Taxas, Multas e Penalidades

Nos termos do DL nº 26/2002 de 14 de fevereiro, incluem-se neste capítulo taxas, onde se incluem os pagamentos em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados.

No grupo das multas e outras penalidades engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No ISSA, IPRA, são parte essencial desta rubrica os **juros de mora de contribuições** que em 2020, ascenderam a 1.738.404,36€.

Venda de Bens e Serviços

Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviço.

A receita cobrada em 2020 e registada na rubrica R.07.02, totalizou 56.875,82€, e inclui as comparticipações familiares dos beneficiários e/ou das suas famílias no âmbito do acolhimento familiar, bem as comparticipações dos beneficiários do programa “Meus Açores Meus Amores”.

Ramos
A
S

Reposições Não Abatidas Aos Pagamentos (Rnap's)

No capítulo das reposições não abatidas nos pagamentos estão inscritas as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam. Contudo, neste capítulo só se registam as devoluções que têm lugar depois de encerrado o ano financeiro em que ocorreu o pagamento. Caso contrário, ou seja, no caso de as devoluções terem lugar antes do encerramento do ano financeiro estamos perante reposições abatidas nos pagamentos. Estas últimas implicam unicamente correções da dotação utilizada e do respetivo saldo disponível e, portanto, não são tidas como receita orçamental.

As RNAP's, atingiram em 2020, o montante de 3.219.311,72€, estas dizem respeito fundamentalmente à recuperação de valores pagos em anos anteriores.

Ramos

6.3 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS NO TRIÉNIO 2018 a 2020

Análise Evolutiva da despesa 2020/2018 na RAA

Subsistema	Descrição	2018	2019	2020	Var 20/19
Ação Social	Transferências Subsídios de Capital-IPSS	549.656,64	555.000,00	651.321,71	17,36%
	Com.Prot.Cr.Jov.Risc	573.310,85	557.503,00	540.196,42	0,00%
	Acordos de cooperação - Programas	0,00	507.871,60	926.965,89	
	Acordos de cooperação - Funcionamento	59.178.659,36	64.277.333,33	67.107.572,59	4,40%
	Outros Subsídios Eventuais	574.492,81	602.554,87	827.856,32	37,39%
	Emergência Social	359.552,78	477.814,63	466.963,29	-2,27%
	RA'S - FSS	29.375,28	171.623,18	17.824,03	-89,61%
	Processos Tutelares Cíveis	201.170,79	132.977,32	89.152,30	-32,96%
	Programa Emergência Alimentar	183.103,10	162.836,00	156.494,30	-3,89%
	Subsídio Famílias Acolhimento	68.168,88	87.395,10	75.986,70	-13,05%
	PES - Sb.Eventuais Fam. Carência	2.170.916,27	2.193.177,71	2.304.215,69	5,06%
	Ajudas Técnicas			12.200,00	
	Meio Natural de Vida	84.394,81	78.165,24	91.496,88	17,06%
	PAS POAPMC FEAC - Co-Financiados FEAC	47,74	956.280,03	1.801.221,39	88,36%
	PAS POAPMC CPN - Projetos Formação	240,53	0,00	0,00	0,00%
	Total Ação Social	63.973.089,84	70.760.532,01	75.069.467,51	6,09%
Solidariedade	Rendimento Social Inserção	25.116.651,89	23.234.841,10	21.141.154,02	-9,01%
	Sub.Social Desemprego	8.434.859,24	8.306.644,17	7.939.572,89	-4,42%
	Apoio Judiciário	75.138,17	78.284,63	42.881,23	-45,22%
	Regime Não Contributivo	2.057.968,30	3.399.033,81	3.444.621,81	1,34%
	RESSAA/Reg Trans.Rurais	565.219,55	523.950,00	442.643,67	-15,52%
	Sub.Social Maternidade	960.304,44	907.533,91	744.408,52	-17,97%
	Sub.Soc.Des.Sal.Atraso	0,00	907.533,91	3.876,16	-99,57%
	Med. exc. temp COVID	0,00	0,00	2.859.952,76	
	Total Solidariedade	37.210.141,59	37.357.821,53	36.619.111,66	-1,98%
Proteção Familiar	Proteção Familiar - encargos família	37.511.358,79	41.545.306,12	44.769.460,26	7,76%
	Total Proteção Familiar	37.511.358,79	41.545.306,12	44.769.460,26	7,76%
Financiamento Bipartido - Regime de Repartição	Repartição Regime Geral	62.638.886,12	62.198.873,39	66.566.013,89	7,02%
	CGA - Pensões Unificadas	1.765.848,09	1.775.128,40	1.805.855,55	1,73%
	Restituição contribuições	444.952,32	245.670,40	221.672,73	-9,77%
	Pol.Ativas de Emprego e Formação Prof	44.727,07	46.117,01	1.089.851,48	2263,23%
	Transf Emp, H. F. P.	9.205.019,00	9.744.110,00	10.133.874,00	4,00%
	Projetos de Formação Profissional	3.169,41	6.368,70	1.066,46	-83,25%
	Outras Desp. Capital (Dações)	166.000,00	0,00	535.920,00	
	Medidas COVID	0,00	0,00	23.706.631,82	
	Prest COVID	0,00	0,00	1.479.948,23	
	COVID Dim prazos gar	0,00	0,00	3.521,52	
	Total Financiamento Bipartido	74.268.602,01	74.016.267,90	105.544.355,68	42,60%
Administração	Administração	13.972.985,77	15.042.215,44	16.299.976,83	8,36%
	Despesas de capital Administração	337.515,00	123.767,99	319.181,42	157,89%
	Administração - Covid	0,00	0,00	21.456,02	
	Total Administração	14.310.500,77	15.165.983,43	16.640.614,27	9,72%
Orçamento Região Autónoma Açores	ORAA - Administração	927.188,55	659.476,00	393.392,60	-40,35%
	ORAA - Ação Social	3.163.889,65	2.338.361,57	4.534.948,11	93,94%
	ORAA - Complemento Especial Doente Oncológico	724.440,00	657.420,00	623.088,00	-5,22%
	ORAA - Fundo de Compensação Social	0,00	0,00	2.208.758,02	
	ORAA - Proteção Familiar	2.507.956,07	2.431.395,76	2.432.526,39	0,05%
	ORAA - PROP	64.312,07	46.720,14	13.127,20	-71,90%
	ORAA - Rede de Cuidados Continuados	902.360,97	947.710,68	1.051.141,47	10,91%
	ORAA - Solidariedade	873.116,00	1.305.740,18	1.423.669,40	9,03%
	ORAA - Turismo Sénior	24.938,03	25.540,59	28.142,84	10,19%
	Total Orçamento Região Autónoma Açores	9.188.201,34	8.412.364,92	12.708.794,03	51,07%
TOTAL		236.461.894,34	247.258.275,91	291.351.802,81	17,83%

Quadro 7 – Análise evolutiva da despesa 2018/2020 na RAA

6.3.1 SUBSISTEMA AÇÃO SOCIAL

Este subsistema tem como objetivos fundamentais a prevenção e a intervenção em situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção,

exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária dos indivíduos e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

A ação social destina-se também a assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos e outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social.

A ação social deve, ainda, ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas, e concretiza-se através de:

- Serviços e equipamentos sociais;
- Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão social;
- Prestações pecuniárias, de caráter eventual e em condições de exceção.

- **TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS DE CAPITAL PARA AS IPSS**

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a instituições particulares de ação social (IPSS's) para financiar despesas de capital.

No subgrupo D.08.07, incluem-se as transferências relativas ao financiamento do Orçamento da Segurança Social para investimentos em Instituições S/fins lucrativos, no âmbito do Código de Ação Social do Açores, a despesa realizada em 2020 foi de 651.321,71€.

- **ACORDOS DE COOPERAÇÃO – Contratos de Cooperação Valor Cliente - CCVC**

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a transferir para as IPSSS que possuem contrato de cooperação valor cliente com o ISSA para efeitos de financiamento da sua atividade.

Neste agrupamento verifica-se um acréscimo da despesa total de 4,40% face a 2019. O valor total de CCVC's em 2020 cifrou-se nos 68.034.538,48 €.

Ca

- ***OUTROS SUBSÍDIOS EVENTUAIS/ FUNDO DE SOCORRO SOCIAL***

S Os subsídios concedidos no âmbito da Ação Social registam um decréscimo em “Fundo de Socorro Social”, de 89,61%, no biénio 2019/2020, considerando o elevado valor registado em 2019 com origem nos apoios concedidos no âmbito do Furacão Lorenzo.

- ***SUBSÍDIOS ACOLHIMENTO / SUBSÍDIOS EVENTUAIS FAMÍLIAS EM CARÊNCIA/ MEIO NATURAL DE VIDA***

Nestes agrupamentos estão incluídas as transferências para famílias relativas a prestações sociais enquadradas no Subsistema de Ação Social em 2020, em que se verifica:

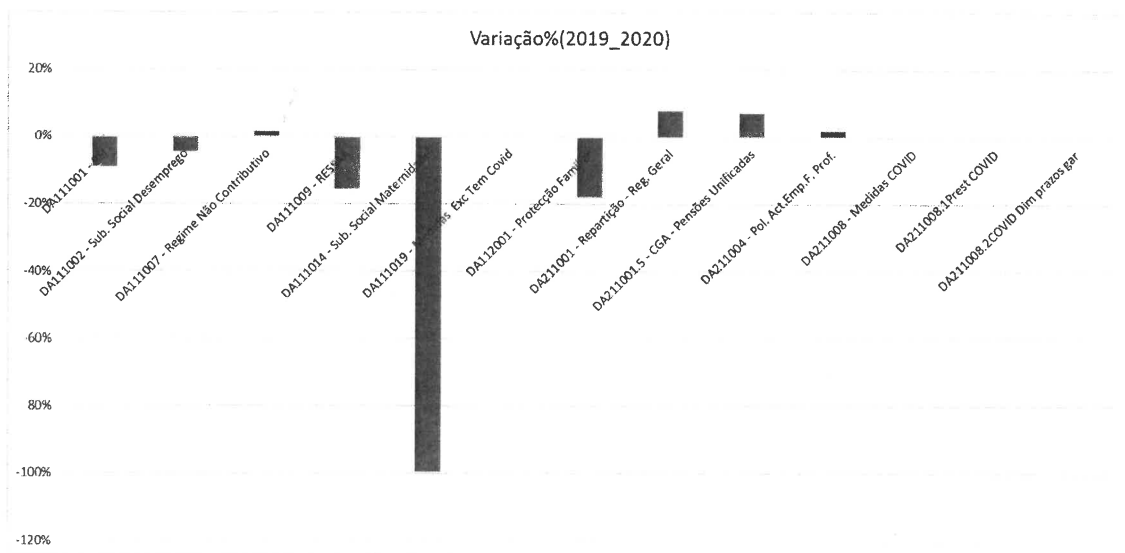
- um aumento da despesa de 5,06% em Subsídios eventuais famílias em carência.
- uma diminuição da despesa de 13,05% em Subsídios a famílias de acolhimento.

Em termos globais o subsistema de ação social aumentou 6,09% em 2020, totalizando a despesa de 75.069.467,51€.

6.3.2 SUBSISTEMA SOLIDARIEDADE

Este subsistema destina-se a assegurar direitos essenciais dos cidadãos, por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar.

No ano de 2020 verificou-se a seguinte variao:



Grfico 2 – Variao 2020/2019 das prestaes sociais

DESPESA TOTAL PRESTAES SOCIAIS

Fundos - Prestaes Sociais	Despesa Total - 2018	Despesa Total - 2019	Despesa Total - 2020
DA111001 - RSI	25.116.651,89 €	23.234.841,10 €	21.141.154,02 €
DA111002 - Sub. Social Desemprego	8.434.859,24 €	8.306.644,17 €	7.939.572,89 €
DA111007 - Regime No Contributivo	2.057.968,30 €	3.399.033,81 €	3.444.621,81 €
DA111009 - RESSAA	565.219,55 €	523.950,00 €	442.643,67 €
DA111016 - Sub.Soc.Des.Salrios em Atraso	0,00 €	0,00 €	3.876,16 €
DA111014 - Sub. Social Maternidade	960.304,44 €	907.533,91 €	744.408,52 €
DA111019 - Medidas Exc Tem Covid	0,00 €	0,00 €	2.859.952,76 €
DA112001 - Protecoo Familiar	37.511.358,79 €	41.545.306,12 €	44.769.460,26 €
DA211001 - Repartioo - Reg. Geral	62.638.886,12 €	62.198.873,39 €	66.566.013,89 €
DA211001.5 - CGA - Pensoes Unificadas	1.765.848,09 €	1.775.128,40 €	1.805.855,55 €
DA211004 - Pol. Act.Emp.F. Prof.	44.727,07 €	46.117,01 €	1.089.851,48 €
DA211008 - Medidas COVID	0,00 €	0,00 €	23.706.631,82 €
DA211008.1Prest COVID	0,00 €	0,00 €	1.479.948,23 €
DA211008.2COVID Dim prazos gar	0,00 €	0,00 €	3.521,52 €
Total - Fundos_OSS - 4070	139.095.823,49 €	141.937.427,91 €	175.997.512,58 €

Quadro 8 – Despesa total das Prestaes Sociais

Verifica-se um acrescimo em relao a 2019 na despesa de prestaes sociais na ordem dos 24%, sendo 14% referente a medidas COVID.

Ramos

SUBSISTEMA PROTEÇÃO FAMILIAR

Este subsistema visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas. A proteção nas eventualidades previstas no âmbito deste subsistema concretiza-se através da concessão de prestações pecuniárias. A atribuição das prestações depende de residência em território nacional e demais condições fixadas na lei.

A despesa paga e registada neste agrupamento, no montante de 44.769.460,26€, sofreu um aumento de 7,76% no biénio 2019/2020.

FINANCIAMENTO BIPARTIDO – REGIME DE REPARTIÇÃO

- **RESTITUIÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES**

Neste agrupamento são registadas as contribuições e outras receitas restituídas aos contribuintes, observando-se um decréscimo de aproximadamente 9,77% face a 2019.

- **TRANSFERÊNCIAS PARA O EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As transferências para a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional – Fundo Regional do Emprego, cifram-se no montante de 10.133.874,00€, registando, em 2020, um aumento de 4% relativamente a 2019.

- **OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL (DAÇÃO)**

Este agrupamento engloba as dações em pagamento provenientes de recuperação de dívidas. A despesa registada neste agrupamento apresenta em 2020 um acréscimo de 100%, relativamente a 2019, por terem sido registadas aquisições de imóveis por dação em pagamento, nomeadamente de terrenos para construção.

Ramos
C
S

ADMINISTRAÇÃO – Orçamento da Segurança Social

- **DESPESAS COM PESSOAL**

Neste agrupamento consideram-se todas as remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço ao Estado nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

Compreendem-se, também, no âmbito deste agrupamento, as despesas que o Estado, como entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus funcionários além das contribuições à CGA, Segurança Social e ADSE. Encontram-se também aqui, os subsídios de proteção familiar, os seguros de acidentes de trabalho, bem como a comparticipação da Segurança Social para os Serviços Sociais da Administração Pública (financiamento da ação social complementar dos trabalhadores da Administração direta e indireta do estado).

Fazem também parte deste agrupamento, os abonos que são atribuídos como contrapartida de certa situação, esforço ou responsabilidade especial, tais como gratificações variáveis, suplementos e prémios, despesas de representação, horas extraordinárias, abonos para falhas e ajudas de custo.

Análise evolutiva da despesa com pessoal da administração no biénio 2019/2020


Despesas Com Pessoal - ISSA, IPRA		2019	2020	% Variação
D.01	Despesas com pessoal	14.189.270,18 €	15.046.546,59 €	6,04%
D.01.01	Remun.cert.e perman.	11.390.880,82 €	12.010.766,51 €	5,44%
D.01.01.02	Orgãos sociais	129.642,40 €	117.792,24 €	-9,14%
D.01.01.03	Pessoal quadros-RFP	7.499.692,06 €	7.927.760,55 €	5,71%
D.01.01.03.01	Pessoal em funções	7.499.692,06 €	7.927.760,55 €	5,71%
D.01.01.03.02	Alter.obrig.pos.remun	0,00 €	0,00 €	---
D.01.01.04.01	Pessoal quadros- CIT Pessoal em funções	9.371,54 €	12.733,68 €	35,88%
D.01.01.06	P.Contratado a termo	2.595,90 €	58.142,48 €	0,00%
D.01.01.08	P.aguard.aposentação	8.462,52 €	16.830,54 €	98,88%
D.01.01.09	P.em qq out.situação	898.641,77 €	792.986,25 €	-11,76%
D.01.01.11	Representação	82.241,82 €	91.270,73 €	10,98%
D.01.01.12	Suplement.e prémios	190.885,71 €	195.742,70 €	2,54%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	521.650,74 €	541.628,73 €	3,83%
D.01.01.14.01	Subsídio de Férias	735.030,49 €	780.712,51 €	6,21%
D.01.01.14.01.02	SF Alt Obr Pos Rem	0,00 €	0,00 €	---
D.01.01.14.02	Subsídio de Natal	703.003,63 €	745.287,38 €	6,01%
D.01.01.15	Re.doen.e mater/pat.	609.662,24 €	729.878,72 €	0,00%
D.01.02	Abon.var.ou event.	286.367,81 €	273.253,14 €	-4,58%
D.01.02.02	Horas extraordinár.	9.189,11 €	9.040,00 €	-1,62%
D.01.02.04	Ajudas de custo	16.661,15 €	6.080,26 €	-63,51%
D.01.02.05	Abono para falhas	43.673,01 €	35.037,43 €	-19,77%
D.01.02.10	Subsídio de Trabalho Noturno	36,22 €	7,44 €	-79,46%
D.01.02.12.01	Indemn.por cess.funç	0,00 €	0,00 €	---
D.01.02.14	Out.ab.em num.ou esp	216.808,32 €	223.088,01 €	0,00%
D.01.03	Segurança Social	2.512.021,55 €	2.762.526,94 €	9,97%
D.01.03.03	Sub.fam.crian.e jov.	37.277,09 €	35.624,87 €	-4,43%
D.01.03.04	Outras prest.famil.	19.639,63 €	21.143,03 €	7,65%
D.01.03.05	Contribuições p/ SS	2.424.313,37 €	2.642.452,10 €	9,00%
D.01.03.05.01	CGA	2.075.659,69 €	2.109.337,98 €	1,62%
D.01.03.05.02	Seg. Social	348.653,68 €	533.114,12 €	52,91%
D.01.03.06	Ac.serv.e doen.prof	112,07 €	1.178,67 €	951,73%
D.01.03.08	Outras Pensões	1.794,06 €	33.737,55 €	0,00%
D.01.03.10	Out.desp.seg.social	28.885,33 €	28.390,72 €	-1,71%

Quadro 9 – Análise evolutiva da despesa com pessoal da administração – OSS - no biénio 2019/2020

A despesa paga e registada neste agrupamento registou um acréscimo de 6,04%. Inclui as despesas com pessoal ao abrigo do protocolo com casas do povo.

- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

Composição das despesas com aquisição de bens e serviços no exercício de 2020.

Ramos


Económica/Conta		Despesa Total	Peso %
D.02	Aquis.benseserv.	1.494.446,28 €	
D.02.01	Aquisiçãodebens	136.674,25 €	9%
D.02.01.02	Combust.elubrific.	28.522,31 €	2%
D.02.01.04	Limpezaehigiene	10.757,60 €	1%
D.02.01.07	Vestuár.eart.pess.	3.786,23 €	0%
D.02.01.08	Materialescritório	27.390,97 €	2%
D.02.01.09	Prod.quím.efarmac.	11,65 €	0%
D.02.01.18	Livros e doc técnica	71,82 €	0%
D.02.01.21	Outrosbens	66.133,67 €	4%
D.02.02	Aquisiçãoserviços	1.357.772,03 €	91%
D.02.02.01	Encargosinstalações	240.191,63 €	16%
D.02.02.02	Limpezaehigiene	187.041,17 €	13%
D.02.02.03	Conservaçãodebens	81.305,80 €	5%
D.02.02.04	Locaçãodeedifícios	126.827,03 €	8%
D.02.02.09	Comunicações	210.088,09 €	14%
D.02.02.10	Transportes	1.617,80 €	0%
D.02.02.12	Seguros	19.631,01 €	1%
D.02.02.13	Deslocaçãoeestadas	24.591,13 €	2%
D.02.02.14	Est.parec.proj.cons.	5.051,27 €	0%
D.02.02.15	Formação	533,00 €	0%
D.02.02.17	Publicidade	932,24 €	0%
D.02.02.18	Vigilânc.esegurança	116.846,26 €	8%
D.02.02.19	Assistênciatécnica	27.129,09 €	2%
D.02.02.20	Out.trabalhos espec.	117.976,25 €	8%
D.02.02.22.99	Serviçosdesaúde	120.683,41 €	8%
D.02.02.25	OutrosServiços	77.326,85 €	5%

Quadro 10 –Despesas com aquisição de bens e serviços da administração – OSS - 2020

A despesa paga incluída no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, atingiu em 2020 o valor de 1.494.446,28€, registando uma diminuição de 2,61%, em relação ao ano anterior.

As despesas com maior peso percentual são:

- Encargos com instalações;
- Limpeza e Higiene;
- Comunicações.

Ramos

- **JUROS E OUTROS ENCARGOS**

A despesa paga e registada em “Juros e Encargos Financeiros”, no montante de 94.299,99€, sofreu um acréscimo na ordem de 28%, no biénio 2019/2020, considerando o aumento dos encargos suportados com o recebimento via multibanco, já que houve um acréscimo de utilização deste meio de pagamento.

Variação das despesas com juros e outros encargos no biénio 2019/2020

Juros e Outros Encargos_ ISSA, IPRA		2019	2020	% Variação
D.03	Juros e Outros Encargos	73.811,56 €	94.299,99 €	27,76%
D.03.06	Outros Encargos Financeiros	73.811,56 €	94.299,99 €	27,76%
D.03.06.01.01	Serviços Bancários	73.811,56 €	94.299,99 €	27,76%

Quadro 11 –Variação das despesas com juros e outros encargos – 2019/2020

- **OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Outras Despesas Correntes_ ISSA, IPRA - Fundo DA311001 - Administração		2019	2020	% Variação
D.06	Outras Despesas Correntes	175,62 €	18.974,16 €	10704,10%
D.06.02	Diversas	175,62 €	18.974,16 €	10704,10%
D.06.02.03	Outras Despesas Correntes	175,62 €	18.974,16 €	10704,10%

Quadro 12– Variação de outras despesas correntes no biénio 2019/2020

O significativo aumento nesta rubrica, deve-se ao registo em 2020 do valor de **17.146,00€** de emolumentos pagos ao Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Verificou-se um aumento das despesas financiadas pelo Orçamento Região Autónoma dos Açores no biénio 2019/2020, tendo a RAA financiado em 2019 o valor de 8.412.364,92€ e em 2020 o montante de 12.708.559,41€. Na origem do aumento está

Ramos

essencialmente o acréscimo de 2.175.000€ de transferências para as IPSS e 2.200.000€ relativamente ao Fundo de Compensação Social.

Ação Plano RAA	ORAA - ISSA, IPRA - Execução Orçamental 2020	Dotação 2020	Despesa - 2020	Grau de Execução
Ação 7.2.3	Fundo Regional de Ação Social	14.500.000,00 €	9.175.997,90 €	63%
	CAAF	2.440.000,00 €	2.432.526,39 €	100%
	Despesas com pessoal	0,00 €	0,00 €	0%
	IPSS - Acordos de Cooperação	6.210.000,00 €	4.459.159,81 €	72%
	Refeições Férias Escolares	155.000,00 €	75.788,30 €	49%
	Fundo Compensação Social(Covid)	5.695.000,00 €	2.208.523,40 €	0%
Ação 7.2.7	Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas	70.000,00 €	13.127,20 €	19%
Ação 7.2.9	Complemento Especial para o Doente Oncológico (CEDO)	850.000,00 €	623.088,00 €	73%
Ação 7.4.8	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	1.067.500,00 €	1.051.141,47 €	98%
Ação 7.4.9	COMPAMID	1.432.500,00 €	1.423.669,40 €	99%
Total Plano		17.920.000,00 €	12.287.023,97 €	69%
ORAA (Administração)		958.000,00 €	393.392,60 €	41%
Total ORAA_2020		18.878.000,00 €	12.680.416,57 €	67%
Turismo Senior - Meus Açores Meus Amores		44.962,00 €	28.142,84 €	63%
Total SIF - Sistema de Informação Financeira		18.922.962,00 €	12.708.559,41 €	67%

Quadro 13– Despesas do ORAA (Plano de Investimento do ORAA)

Despesa por Classificação Económica

Agrupamento	Despesa	2017	2018	2019	2020	2018/2017		2019/2018		2020/2019	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	241.119.826,40 €	263.294.447,24 €	278.302.870,47 €	322.871.385,31 €	22.174.620,84 €	9%	15.008.423,23 €	6%	44.568.514,84 €	16%
01	Despesas com pessoal	13.674.125,83 €	13.598.069,57 €	14.189.270,18 €	15.046.546,59 €	-76.056,26 €	-1%	591.200,61 €	4%	857.276,41 €	6%
02	Aquisição de bens e serviços	1.457.513,91 €	1.523.549,15 €	2.540.346,46 €	3.409.271,02 €	66.035,24 €	5%	1.016.797,31 €	67%	868.924,56 €	34%
03	Juros e outros encargos	42.085,73 €	43.224,82 €	73.811,56 €	94.299,99 €	1.139,09 €	3%	30.586,74 €	71%	20.488,43 €	28%
04	Transferência correntes	224.752.462,56 €	247.002.841,44 €	260.425.569,83 €	303.159.152,17 €	22.250.378,88 €	10%	13.422.728,39 €	5%	42.733.582,34 €	16%
05	Subsídios	769.753,88 €	681.809,55 €	828.026,42 €	921.468,65 €	-87.944,33 €	-11%	146.216,87 €	21%	93.442,23 €	11%
06	Outras despesas correntes	423.884,49 €	444.952,71 €	245.846,02 €	240.646,89 €	21.068,22 €	5%	-199.106,69 €	-45%	-5.199,13 €	-2%
	Despesas Capital	1.318.669,56 €	1.335.437,18 €	678.767,99 €	1.772.423,13 €	16.767,62 €	1%	-656.669,19 €	-49%	1.093.655,14 €	161%
07	Aquisição de bens de capital	818.669,56 €	466.679,54 €	123.767,99 €	855.101,42 €	-351.990,02 €	-43%	-342.911,55 €	-73%	731.333,43 €	591%
08	Transferências de capital	500.000,00 €	868.757,64 €	555.000,00 €	917.321,71 €	368.757,64 €	74%	-313.757,64 €	-36%	362.321,71 €	65%
Despesa Total do Sistema		242.438.495,96 €	264.629.884,42 €	278.981.638,46 €	324.643.808,44 €	22.191.388,46 €	9%	14.351.754,04 €	5%	45.662.169,98 €	16%

Quadro 14 – Despesa – por classificação económica

A despesa global em 2020 aumentou 16% relativamente a 2019, em mais 45.662.169,98€, sendo que as transferências correntes – D.04* concorreram para este acréscimo, nomeadamente nas transferências para as famílias através das prestações sociais, para as IPSS e para o Sistema de Segurança Social (IGFSS).

7- SITUAÇÃO FINANCEIRA

BALANÇO

O quadro a seguir apresentado evidencia as grandes rubricas do balanço em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, permitindo observar, para além do valor desses elementos patrimoniais, as variações ocorridas, em termos de valores absolutos e percentuais, no biénio 2019/2020 bem como o respetivo peso relativo.

Através da análise do quadro supra verifica-se, relativamente às grandes massas patrimoniais, após deduzidas ao ativo as amortizações e provisões, o seguinte:

Rúbricas	2020		2019		Variação	
	Em € (1)	% (2)	Em € (3)	% (4)	Em € (5)=(1)-(3)	% (6)=(5)/(3)
ACTIVO						
Activo fixo líquido	34.579.662,95	5,6%	37.728.836,14	8%	-3.149.173,19	-8%
Imobilizado	34.579.662,95	5,6%	37.728.836,14	8%	-3.149.173,19	-8%
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,0%	0,00	0%	0,00	
Imobilizações corpóreas	23.878.289,02	3,9%	20.748.332,21	4%	3.129.956,81	15%
Investimentos financeiros	10.701.373,93	1,7%	16.980.503,93	3%	-6.279.130,00	-37%
Activo circulante líquido	581.415.335,39	94,4%	456.835.011,01	92%	124.580.324,38	27%
Existências	66.722,50	0,0%	57.949,95	0%	8.772,55	15%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0%	0,00	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	435.461.967,54	70,7%	306.959.285,56	62%	128.502.681,98	42%
Disponibilidades	145.843.341,00	23,7%	149.633.968,60	30%	-3.790.627,60	-3%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0%	0,00	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	145.843.341,00	23,7%	149.633.968,60	30%	-3.790.627,60	-3%
Acréscimos e diferimentos	43.304,35	0,0%	183.806,90	0%	-140.502,55	-76%
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	615.994.998,34	100,0%	494.563.847,15	100%	121.431.151,19	25%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios	612.760.015,18	99,5%	490.935.517,77	99%	121.824.497,41	25%
Passivo	3.234.983,16	0,5%	3.628.329,38	1%	-393.346,22	-11%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,0%	0,00	0%	0,00	
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.052.495,33	0,2%	1.262.397,44	0%	-209.902,11	-17%
Acréscimos e diferimentos	2.182.487,83	0,4%	2.365.931,94	0%	-183.444,11	-8%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	615.994.998,34	100,0%	494.563.847,15	100%	121.431.151,19	25%

Quadro 15 – Balanço de 2020/2019

Em 31.12.2020, o cômputo das massas patrimoniais do ativo foi no valor de, 615.994.998,34€ correspondendo-lhe um aumento de 121.431.151,19€, ou seja, mais 25% da totalidade dos valores dos ativos existentes em 31.12.2019 (494.563.847,15€),

Ramos
C
S

tendo contribuído mais significativamente para esse aumento o valor registado na rubrica “Dívidas de terceiros” (+128.502.681,98€).

Os elementos passivos, totalizando, em 31.12.2020, o valor de 3.234.983,16€, registaram um decréscimo de 393.346,22€.

Relativamente aos fundos próprios, que em 31.12.2020 se cifraram no valor de 612.760.015,18€, verificou-se aumento de 121.824.497,41€, isto é, +25% do valor correspondente em 31.12.2019 (490.935.517,77€).

COMPOSIÇÃO DO ATIVO

Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2020, as “Disponibilidades” registaram o valor de 145.843.341,00€, representando uma diminuição no valor de 3.790.627,60€ em relação ao exercício de 2019 totalizando uma diminuição de 3 pontos percentuais. Do valor total das disponibilidades, 118.500.000€ estão em depósitos a prazo em aplicações financeiras. O restante valor está registo em depósitos à ordem, no montante de 27.254.070,68€, e 89.270,32€ em caixa.

Dívidas de Terceiros

As “Dívidas de terceiros” que no final de 2020 correspondem a 70,7% do valor total do ativo líquido, aumentando no valor de 128.502.681,98€, representando um aumento de 42% em relação ao ano transato, decorrente de uma reversão do acerto efetuado, em 2016, nas contas 212 – contribuintes, o qual tem sido alvo de reparo nos vários pareceres à Conta Geral do Estado por porte do Tribunal de Contas – Direção Geral, nos anos de 2017 a 2019, conforme descrito no anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

De ressaltar que a informação de suporte aos registos contabilísticos provém de fonte comum a todo o sistema da segurança social, padecendo de divergências reconhecidas, mas não apuradas, pelo que, é impossível, nesta fase, determinar com exatidão a margem de erro.

Esta matéria está fora do alcance do ISSA, uma vez que, não é este instituto que gere o suporte informático de base a todas as aplicações do sistema.

Imobilizado

Em relação ao “Imobilizado” líquido de amortizações e provisões, verifica-se que o total das imobilizações corpóreas referentes a 31 de dezembro de 2020 (23.878.289,02€) é ligeiramente superior ao valor que lhe corresponde no final de 2019 (20.748.332,21€), traduzindo aumento de 4%.

Quanto ao imobilizado “Investimentos financeiros” líquido de amortizações e provisões, verificou-se uma diminuição no montante de 6.279.130,00€, que se deveu a regularizações decorrentes de transferências de investimentos financeiros para imobilizado corpóreo e de uma cedência a título precário gratuito de uma fração de edifício e um lote de terreno para construção.

Existências

A rubrica “Existências” corresponde aos materiais de consumo na atividade operacional do ISSA, que em 31 de dezembro de 2020 foi de 66.722,50€.

Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica destina-se a permitir o registo dos custos e proveitos nos exercícios a que respeitam, em obediência ao princípio da especialização dos exercícios.

No que diz respeito aos acréscimos de proveitos, verificou-se uma diminuição do valor de 140.502,55€ em relação ao ano de 2019, decorrente do decréscimo dos juros no âmbito das aplicações em depósitos a prazo.

Ramos
A
S

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

Dívidas a terceiros

A diminuição na rubrica dividas a terceiros deriva da diminuição do valor em divida a fornecedores.

FUNDOS PRÓPRIOS

No que diz respeito aos fundos próprios, verificou-se um aumento no montante de 121.824.497,41€ em relação ao ano de 2019, contribuindo para o efeito o registo dos resultados transitados e a reversão do acerto efetuado, em 2016, nas contas 212 – contribuintes, conforme descrito no ponto “Dividas de Terceiros”.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2020, o total dos proveitos e ganhos (377.812.536,03€), foi inferior, em 82.995.571,86€, face a 2019 (460.808.107,89€) que deduzido ao total dos custos e perdas (357.417.528,81€), corresponde a diferença ao saldo credor da conta de resultado líquido do exercício que ascende a 20.395.007,22€.

Concorreram para este resultado o saldo dos resultados operacionais, no montante de (-)3.008.339,98€, o saldo dos resultados financeiros, no valor de +7.856,53€, e o saldo dos resultados extraordinários, no valor de +23.395.490,67€, conforme se verifica através do quadro a seguir apresentado. Verificando-se assim um decréscimo do Resultado Líquido no valor de 15.003.707,29€ face ao ano de 2019, que corresponde a uma diminuição de 42%.

Ramos

RUBRICAS	2020		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos operacionais						
Impostos e taxas	316.078.939,80	99%	309.756.658,80	99%	6.322.281,00	2%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4.076.196,75	1%	3.971.884,06	1%	104.312,69	3%
Outro proveitos e ganhos operacionais	176.174,57	0%	180.939,69	0%	-4.765,12	-3%
Total dos proveitos e ganhos operacionais	320.331.311,12	100%	313.909.482,55	100%	6.421.828,57	2%
Custos e perdas operacionais						
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	299.846.673,36	93%	258.482.430,01	88%	41.364.243,35	16%
Custos com pessoal	15.107.239,25	5%	14.247.201,81	5%	860.037,44	6%
Fornecimento e serviços externos	3.046.110,75	1%	2.812.632,44	1%	233.478,31	8%
Amortizações do exercício	552.031,89	0%	526.138,55	0%	25.893,34	5%
Provisões do exercício	4.577.124,65	1%	17.175.890,48	6%	-12.598.765,83	-73%
Outros custos e perdas operacionais	210.471,20	0%	77.703,64	0%	132.767,56	171%
Total dos custos e perdas operacionais	323.339.651,10	100%	293.321.996,93	100%	30.017.654,17	10%
RESULTADOS OPERACIONAIS	-3.008.339,98	-	20.587.485,62	-	-23.595.825,60	-115%
Proveitos e ganhos financeiros	132.201,72	-	272.491,79	-	-140.290,07	-51%
Custos e perdas financeiros	124.345,19	-	115.855,61	-	8.489,58	7%
RESULTADOS FINANCEIROS	7.856,53	-	156.636,18	-	-148.779,65	-95%
Proveitos e ganhos extraordinários	57.349.023,19	-	146.626.133,55	-	-89.277.110,36	-61%
Custos e perdas extraordinários	33.953.532,52	-	131.971.540,84	-	-98.018.008,32	-74%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	23.395.490,67	-	14.654.592,71	-	8.740.897,96	60%
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	20.395.007,22	-	35.398.714,51	-	-15.003.707,29	-42%

Quadro 16 – Síntese da Demonstração de Resultados de exercício de 2020

Os proveitos e ganhos operacionais obtidos no exercício de 2020, no valor de 320.331.311,12 , representam 84% do total dos proveitos reconhecidos naquele exercício. Os proveitos e ganhos financeiros, no valor de 132.201,72  correspondem a 0,03% e os proveitos e ganhos extraordinários, no valor de 57.349.023,19  correspondem a 15%.

Os custos e perdas operacionais do exercício de 2020, no valor de 323.339.651,10 , correspondem a 90% do total dos custos e perdas assumidos naquele exercício, os custos e perdas financeiros, no valor de 124.345,19 , representam cerca de 0,03% daquele total e os custos e perdas extraordinários, no valor de 33.953.532,52 , cerca de 9%.

O quadro 16 possibilita uma análise mais detalhada das rubricas que compõem a Demonstração de Resultados, nomeadamente nas rubricas de proveitos e ganhos operacionais e de custos e perdas operacionais, bem como permite verificar a evolução ocorrida no bi nio 2020/2019.

Ramos
[assinatura]

Através da análise do quadro 16 verifica-se o seguinte:

No âmbito dos proveitos e ganhos operacionais, a rubrica “Impostos e taxas” registou em 2020 o valor de 316.078.939,80  (98,7% do total dos proveitos e ganhos operacionais), traduzindo um acréscimo de 2%, relativamente ao valor que lhe corresponde de 2019 (309.759.658,80 ).

Em 2020, a rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos” registou o valor de 4.076.196,75 , representando um peso de 1,3% do total dos proveitos e ganhos operacionais.

A rubrica “Transferências correntes concedidas e prestações sociais”, com o valor de 299.846.673,36 , corresponde a 92,7% do total dos custos e perdas operacionais contabilizados em 2020, seguindo-se, por ordem decrescente, os “Custos com pessoal” no montante de 15.107.239,25  (4,7%), e as “Provisões do exercício” com 4.577.124,65  (1,4%).

Proveitos e ganhos

Os proveitos e ganhos operacionais obtidos no exercício de 2020, no valor de 320.331.311,12 , representam 84% do total dos proveitos reconhecidos naquele exercício e traduzem um acréscimo de 2% relativamente aos proveitos e ganhos operacionais do ano anterior.

Em 2020 as rubricas “Impostos e taxas” e “Transferências e subsídios correntes obtidos”, representando, respetivamente, 98,7% e 1,3% do total dos proveitos e ganhos operacionais, correspondem, no seu conjunto, a 99,9% daquele total.

Em “Outros proveitos operacionais” foram contabilizados 176.174,57  (0,1% do total dos proveitos e ganhos operacionais), representando uma diminuição de 3%, em relação ao valor correspondente de 2019 (180.939,69 ).

Os proveitos e ganhos totalizaram, em 2020, 377.812.536,03 .

Custos e perdas

O valor total dos custos e perdas assumidos pelo ISSA, IPRA atingiram, em 2020, o montante de 357.417.528,81 , sendo que o montante de 299.846.673,36  corresponde a "Transferências correntes concedidas e prestações sociais", isto é 83,89% do total de custos e perdas.

Resultado Líquido do Exercício

Em 2020 verificou-se um resultado líquido do exercício, positivo no valor de 20.395.007,22 , inferior em -15.003.707,29  face a 2019 (35.398.714,51 ).

Ramos
Cl
S

8 – CONCLUSÃO

O ano de 2020 marcou-se por um grande desafio de gestão do Conselho Diretivo, decorrente das consequências “COVID”.

Na conjuntura epidémica, foi primordial o Conselho Diretivo promover a gestão das áreas de atuação do ISSA, IPRA, bem como a supervisão dos serviços que o integram, tendo implementado procedimentos, emanado orientações e estabelecido medidas de controlo interno e de gestão de qualidade, de forma a garantir o cumprimento das sucessivas medidas de apoio no âmbito COVID a cargo da Segurança Social.

Mesmo em conjuntura atípica, foi sempre preocupação do Conselho Direto dar continuidade à prossecução dos objetivos estratégicos, nomeadamente:

- Garantir o cumprimento contributivo e prestacional
- Aumentar a eficiência do serviço
- Assegurar a proteção e inclusão social

Dando cumprimento aos objetivos definidos no âmbito da política nacional e regional, o Conselho Diretivo reforçou as medidas de gestão interna para uma resposta atempada e adequada às pretensões dos contribuintes e beneficiários.

O grande desafio de gestão de recursos em 2020, foi a gestão de recursos humanos e informáticos, face à súbita alteração do desempenho de funções presenciais para o regime de teletrabalho, que obrigou a uma grande logística de tratamento de informação dos colaboradores e apoio informático.

As sucessivas orientações e alterações legislativas, obrigavam a frequentes definições ou redefinições de regras e procedimentos internos e um esforço acrescido por parte dos colaboradores, em acatar toda a informação atualizada.

Ramos



Os apoios efetuados no âmbito COVID, traduziram-se num elevado aumento de pagamentos extraordinários por parte da Segurança Social, obrigando a reforços orçamentais e a uma gestão financeira dificultada pela imprevisibilidade.

Outro grande desafio foi ao nível do atendimento, nomeadamente a necessidade de reorganização dos serviços e o acompanhamento das constantes alterações legislativas, com constrangimentos de tempo útil para formação dos colaboradores do atendimento.

A nova filosofia de atendimento - redução de atendimento presencial e promoção dos meios de atendimento não presencial (telefone, mail e SSD) - e de satisfação das necessidades manifestadas pelas pessoas singulares e coletivas, exigiu uma rápida e eficiente reorganização de equipas no atendimento e rotatividade de funções entre atendimento presencial, atendimento telefónico, resposta a correios eletrónicos e retorno de chamadas na sequência de envio de pedidos de contacto.

No âmbito da ação social, a adaptação, dos colaboradores ao regime de teletrabalho, expandiu-se à necessidade de reforçar a comunicação com os clientes externos, sobretudo no que respeita à utilização dos meios de divulgação informática.

Dos períodos de suspensão de funcionamento das respostas sociais resultou uma maior dificuldade em obter, junto das mesmas, a informação necessária à instrução de processos.

O significativo aumento de pedidos de apoio financeiro com a finalidade de suportar despesas inerentes à aquisição de equipamentos e consumíveis profiláticos para fazer face ao COVID-19, foi outra incitação no domínio da ação social.

Verificou-se a necessidade de reforçar respostas sociais alternativas face à redução de respostas a clientes que necessitam de aceder a estruturas de apoio a idosos, atendendo às restrições de admissão de novos clientes face às medidas de prevenção COVID-19.

Ainda no imputo da ação social, sinaliza-se a dificuldade na resposta a algumas problemáticas sociais face ao elevado volume dos pedidos, considerando que as valências sociais se encontravam, também encerradas, tendo obrigado ao esforço acrescido, na criação de respostas diferenciadas/alternativas.

Foi expressivo o empenho geral dos colaboradores à adaptação a uma nova conjuntura e à celeridade de respostas, através de um esforço acrescido na realização das suas tarefas, muitas das vezes para além do tempo que despenderiam em situação de trabalho presencial.

O Conselho Diretivo agradece todo o apoio recebido do Fiscal Único e dos Conselhos Diretivos das Instituições do Sector da Segurança Social.

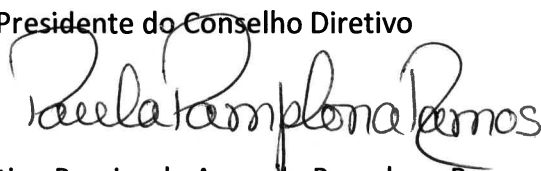
Por ultimo, faz-se referencia que no inicio de 2021, foi alterado o Vice-Presidente e Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA.

9 – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em anexo ao presente relatório.

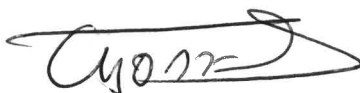
Angra do Heroísmo, 20 de abril de 2020

Presidente do Conselho Diretivo



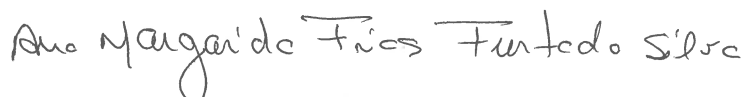
Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos

Vice-Presidente do Conselho Diretivo



Octávio Manuel Melo Torres

Vogal do Conselho Diretivo



Ana Margarida Frias Furtado Silva

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

1. Nos termos do disposto da alínea c) do artigo 28º do Decreto Legislativo Regional 13/2011/A, de 11 de maio e o artigo 12º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2013/A, de 3 de outubro, cumpre ao Fiscal Único emitir parecer sobre o relatório de gestão de exercício e contas de gerência do **Instituto de Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
2. O Fiscal Único no desempenho das funções que lhe são cometidas, procedeu com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
3. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade do Instituto tendo obtido do Conselho Diretivo todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
4. O Fiscal Único emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, cujas conclusões fazem parte integrante deste relatório, sendo de destacar que as demonstrações financeiras poderão não espelhar a apropriada informação que é produzida pela aplicação informática "Sistema Integrado de Contas Correntes" (SICC) e a informação por esta produzida não apresentar as características qualitativas necessárias para atingir os objetivos pretendidos no relato financeiro.
5. Em face do que antecede e tendo em conta os aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o relatório de gestão de exercício e contas de gerência do **Instituto de Segurança Social dos Açores, I.P.R.A.** preparados pelo Conselho Diretivo respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho Diretivo sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 20 de abril de 2021

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

